

FILTRAGEM CONSTITUCIONAL

- = a **Constituição Federal** orienta toda a legislação infraconstitucional (inclusive o processo civil)

PRINCÍPIO DA INÉRCIA DA JURISDIÇÃO

- = é dever da parte iniciar o processo (o juiz é imparcial)
- Subprincípios (modelos processuais):
 - no Brasil, o sistema é misto, preponderantemente dispositivo
 - princípio dispositivo (inicia o processo)
 - princípio inquisitivo (impulsiona o processo)

PRINCÍPIO DA BOA-FÉ PROCESSUAL

- = quem participa do processo deve comportar-se de acordo com a **boa-fé**.
- seguindo um padrão ético de conduta (**boa-fé objetiva**) (independentemente de convicções subjetivas)

PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO

- = as partes devem colaborar para que decisão justa e efetiva seja obtida em tempo razoável.
- em respeito à boa-fé e lealdade.
 - evita atos procrastinatórios

NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

P. DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO

- = princípio do acesso à Justiça ou da **Ubiquidade**.
- Mas os **cidadãos** podem buscar outros instrumentos para solução de conflitos previstos na legislação (formas consensuais)
 - nossa legislação equipara a sentença arbitral à judicial (também como título executivo judicial)
- Exceções:
 - justiça esportiva
 - desrespeito pela Adm. a Súmula Vinculante
 - ações previdenciárias para concessão de benefício
 - habeas data*

PRINCÍPIO DA CELERIDADE

- = as partes têm direito de obter **em prazo razoável** a **solução integral do mérito, incluindo a atividade satisfativa**. **ATENÇÃO!**
- possibilita que uma mesma decisão seja adotada a milhares de ações que tratam de fatos semelhantes com os mesmos

P. DA IGUALDADE NO PROCESSO

- = assegura **paridade no tratamento** às partes em relação a:
 - exercício de direitos e faculdades processuais
 - meios de defesa
 - ônus
 - deveres
 - aplicação de sanções processuais

HERMENÊUTICA PROCESSUAL CIVIL

- **Requisitos** a serem utilizados na interpretação das **normas** processuais:

- atendimento aos fins sociais e ao bem comum
- dignidade da pessoa humana
- proporcionalidade
- razoabilidade
- legalidade
- publicidade
- eficiência

NORMAS FUNDAMENTAIS = DO PROCESSO CIVIL =

ORDEN CRONOLÓGICA DE CONCLUSÃO

O juiz deve julgar (preferencialmente) os processos em **ordem cronológica**, salvo:

- sentenças em audiência, homologatórias de acordo ou de improcedência liminar de pedido
- julgamento de processos em bloco (casos repetitivos)
- decisões com base nos arts. 485 e 932 (CPC)
- julgamento de embargos de declaração
- julgamento de agravo interno
- preferências legais e metas do CNJ
- processos criminais (em órgãos penais)
- causas com urgência no julgamento (decisão fundamentada)

PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO

- = **não** se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja **previamente ouvida**
 - direito de participar do processo
 - possibilidade de influenciar o juiz

EXCEÇÕES:

- tutela provisória de urgência
- hipóteses de tutela da evidência

- quando houver:
 - prova documental + tese firmada em casos repetitivos ou súmulas vinculantes
 - pedido reipersecutório fundado em prova documental
- expedição de mandado monitório

Concepção estática: paridade de armas (técnicas) e bilateralidade de audiência (ouvir e ser ouvido)

Concepção dinâmica: garantia de influência e não surpresa (embasa o dever de consulta).

DEVER DE CONSULTA

- O juiz **não pode decidir** com base em **fundamento** sobre o qual não se tenha dado às **partes a oportunidade de se manifestar**.

ainda que seja matéria sobre a qual deve decidir de ofício. **PEGADINHA!**

P. DA PUBLICIDADE E DA DA MOTIVAÇÃO

- Todos os **julgamentos** do Judiciário serão **públicos e fundamentados** todas as decisões sob pena de nulidade.